XXXIOSIFIASIXXXIII DESIGUALDADES

PESQUISA OXFAM BRASIL/DATAFOLHA PERCEPÇÕES SOBRE DESIGUALDADES NO BRASIL



MAIO DE 2021



www.oxfam.org.br

OXFAM BRASIL

Conselho Deliberativo

Andre Degenszajn, Anna Peliano, Hélio Santos (Presidente), Janaina Jatobá, Maria Aparecida Silva Bento, Maria Brant (Vice-Presidente) e Oded Grajew

Conselho Fiscal

Ana Cristina Ferreira Medeiros, Marisa Ohashi e Wander Telles

Direção Executiva

Kátia Drager Maia

Equipe Gerência

Maitê Gauto (Gerente de Programas Incidência e Campanhas), Mirella Vieira (Gerente de Operações) e Samantha Federici (Gerente Mobilização, Comunicação e Captação de Recursos)

Equipe

Anna Carolina Souza, Bárbara Barboza, Geiza Mara Lobato, Gilson Shinkawa, Fernando Xavier, Gustavo Ferroni, Helen Cordeiro, Jefferson Nascimento, Jorge Cordeiro, Juliana Vasco, Luiz Gabriel Franco, Mariana Sacramento, Nathália Conceição de Paula, Néia Limeira, Sheila Horta, Tauá Lourenco Pires e Vanessa Correia

FICHA TÉCNICA

Coordenação

Maitê Gauto

Textos

Jefferson Nascimento

Pesquisa

Instituto Datafolha

Colaboração

Jean de Souza, Luciana Chong e Marta Arretche, além da equipe Oxfam Brasil - Katia Maia, Gustavo Ferroni, Jorge Cordeiro, Mariana Sacramento e Tauá Pires

Revisão de Texto e Copy Desk

Eros Camel | © Camel Press

Projeto Gráfico e Diagramação

Brief Comunicação

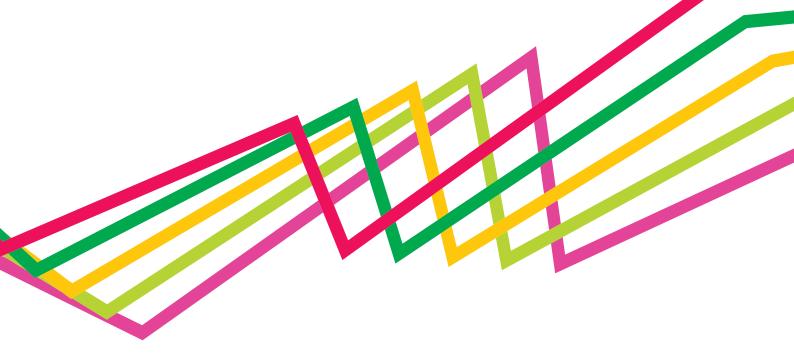












ÍNDICE

	APRESENTAÇÃO	4
	METODOLOGIA	5
	SUMÁRIO DOS RESULTADOS	6
	RESULTADOS DETALHADOS	8
1.	PERCEPÇÕES SOBRE DESIGUALDADES E MOBILIDADE SOCIAL	9
1.1.	SEM REDUÇÃO DE DESIGUALDADES NÃO HÁ PROGRESSO	9
1.2.	A POBREZA É MAIS EM CIMA	10
1.3.	RICO? EU NÃO	12
1.4.	OTIMISMO INDIVIDUAL, CETICISMO SOCIAL	14
1.5.	MÉRITO NÃO RESOLVE	17
1.6.	FÉ, EDUCAÇÃO E SAÚDE PARA UMA VIDA MELHOR	18
2.	PERCEPÇÕES SOBRE GÊNERO E RAÇA	20
2.1.	PARA MAIORIA CONSOLIDADA, GÊNERO E RAÇA IMPACTAM RENDA	20
2.2.	A COR DA PELE DEFINE	22
2.3.	LUGAR DE MULHER	25
3.	PERCEPÇÕES SOBRE TRIBUTAÇÃO E POLÍTICAS SOCIAIS	26
3.1.	MAIOR APOIO À TRIBUTAÇÃO GERAL E DOS MAIS RICOS	26
3.2.	ESTADO PRESENTE E POLÍTICAS UNIVERSAIS	31
4.	PERCEPÇÕES SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS E PANDEMIA	34
4.1.	PAPEL DE PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA	34
5.	NÓS E AS DESIGUALDADES: CAMINHOS PARA A REDUÇÃO	38
	REFERÊNCIAS	41

APRESENTAÇÃO

A Oxfam Brasil apresenta os resultados de sua terceira pesquisa de opinião realizada em conjunto com o Instituto Datafolha. Os dados buscam contribuir para o debate público sobre a redução das desigualdades brasileiras a partir da percepção popular sobre o tema.

A pandemia do coronavírus causou uma crise global sanitária e econômica sem precedentes; até o final de abril de 2021, eram cerca de 150 milhões de casos e 3,47 milhões de vidas perdidas para a covid-19 ao redor do planeta. O Brasil é um dos países mais duramente afetados pela pandemia, com mais de 16 milhões de casos e mais de 450 mil vítimas fatais.

No Brasil, um conjunto de medidas econômicas foram adotadas em resposta à pandemia, entre elas o auxílio emergencial que, aprovado após mobilização da sociedade civil e ação do Congresso Nacional, foi responsável por inédita redução nas taxas de miséria e pobreza. Este efeito transformador, no entanto, não foi o bastante para convencer o governo federal a garantir sua continuidade nos mesmos moldes e parâmetros após dezembro de 2020, o que tem impactos imediatos nos níveis de pobreza, miséria e, consequentemente, da desigualdade. Mesmo com sua renovação em março de 2021 - com valores muito inferiores àqueles originalmente estabelecidos - a expectativa é de que haja uma deterioração dos indicadores de desigualdades no país.

Conhecer o que a população brasileira tem a dizer sobre o assunto é fundamental. Ainda que persistam desafios na forma como a população vislumbra e compreende a distribuição de renda no Brasil, consolidou-se a crença já verificada nas pesquisas anteriores sobre o vínculo entre desenvolvimento e equidade: oito em cada dez pessoas acreditam que não é possível progresso sem redução de desigualdades.

Aumentou o percentual de pessoas que aprovam o aumento da tributação no topo da pirâmide (84%) e, pela primeira vez desde que a pesquisa é realizada, a maioria da população (54%) é favorável ao aumento de impostos para todos como forma de financiar políticas sociais, como saúde, educação e moradia. Seguem presentes o suporte a políticas públicas universais e à necessidade de correção de desigualdades sociais e regionais. Intensificando o movimento verificado entre as pesquisas de 2017 e de 2019, nesta terceira edição houve um crescimento da percepção sobre o racismo e machismo na sociedade, indicando uma clara tendência.

Para enfrentar essa desafiadora realidade, além das medidas emergenciais de resposta aos efeitos da pandemia de coronavírus no país e a implementação do Plano Nacional de Imunização (PNI) com celeridade e efetividade, é necessário pensar e implementar políticas sociais fortes e inclusivas, financiadas por um sistema tributário justo e solidário, que garanta ao Estado condições de efetivar os princípios de redução das desigualdades sociais e regionais previstos na Constituição Federal de 1988.

Esperamos que esta pesquisa contribua para o debate sobre a importância do Estado no enfrentamento das desigualdades, ainda mais em um contexto de desafios adicionais graças à pandemia, a partir da percepção da sociedade, fomentar o debate sobre a urgência da construção de um Brasil mais justo, solidário e humano.

Katia Drager Maia

Diretora Executiva

METODOLOGIA

Esta pesquisa foi realizada pelo Instituto Datafolha, por meio de abordagem pessoal dos entrevistados em pontos de fluxo populacionais¹. Tais abordagens contaram com questionário estruturado, produzido pela Oxfam Brasil em conjunto com o Instituto Datafolha e aplicado em pontos de fluxo populacional relevante.

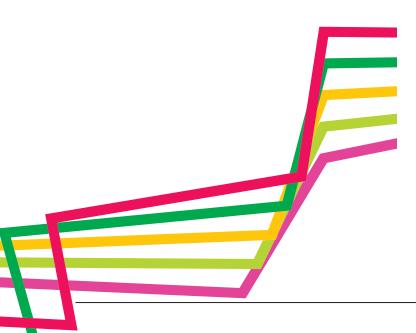
A amostra de entrevistados é de 2.079 pessoas em nível nacional, permitindo-se também a leitura por regiões (Centro-Oeste, Norte, Nordeste, Sul e Sudeste). As entrevistas foram realizadas em 130 municípios de pequeno, médio e grande portes, incluindo regiões metropolitanas e cidades do interior.

O período da aplicação das entrevistas foi de 7 a 15 de dezembro de 2020. A margem de erro para a amostragem geral é de 2% para mais ou para menos, considerando um nível de confiança de 95%.

Por ser uma pesquisa amostral realizada em locais de grande circulação de pessoas, o Instituto Datafolha definiu uma amostra que busca refletir o próprio perfil da sociedade brasileira de acordo com o último Censo Demográfico, realizado em 2010.

O questionário estruturado aplicado, com cerca de 20 minutos de duração, incluiu perguntas abertas, baterias de concordância e discordância, e perguntas fechadas (excluídas perguntas de identificação). Tanto o questionário como as informações sobre a amostragem utilizada pelo Instituto encontram-se disponíveis no site da 0x-fam Brasil (www.oxfam.org.br), juntamente com a apresentação geral do Datafolha e os microdados.

Por fim, os resultados oferecidos pelos recortes de sexo, raça e renda escolhidos para este relatório foram feitos pelo próprio Instituto Datafolha, que tabulou os microdados da pesquisa.



SUMÁRIO DOS RESULTADOS



SAÚDE COMO PRIORIDADE

dos brasileiros acreditam que "ter acesso à saúde" é uma das três principais prioridades para uma vida melhor, ao lado de "estudar" e "fé religiosa"

defendem universalidade para atendimento em postos de saúde e hospitais, ante 72% em 2019

"Investimento público em saúde" está entre as medidas prioritárias para a redução de desigualdade (nota média: 9,5)

APOIO À TRIBUTAÇÃO

concordam com o aumento dos impostos em geral para financiar políticas sociais, ante 31% em 2019

concordam com o aumento dos impostos de pessoas muito ricas para financiar políticas sociais, ante 77% em 2019

concordam que o imposto pago deve beneficiar os mais pobres

SEM REDUÇÃO DE DESIGUALDADES NÃO HÁ PROGRESSO

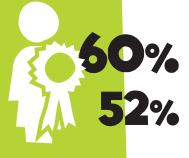
creem que o progresso do Brasil está condicionado à redução de desigualdade entre pobres e ricos

concordam que é obrigação dos governos diminuir a diferença entre muito ricos e muito pobres, ante 84% em 2019

OTIMISMO INDIVIDUAL EM QUEDA, CETICISMO SOCIAL EM ASCENSÃO

acreditam que estarão na "classe média" ou "classe média alta" em cinco anos; em 2019, eram 70%

não acreditam que as desigualdades diminuirão nos próximos anos; em 2019, eram 57%



MÉRITO NÃO RESOLVE

duvidam que o trabalho sirva como equalizador das chances dos mais pobres, ante 58% em 2019

não creem que a educação das crianças pobres equaliza suas chances de uma vida bem-sucedida; em 2019, eram 51%

GÊNERO E RAÇA IMPACTAM RENDA

concordam que o fato de ser mulher impacta a renda, ante 64% em 2019

concordam que negros ganham menos por serem negros, ante 52% em 2019

A COR DA PELE DEFINE

acreditam que a cor da pele influencia a contratação por empresas; em 2019, eram 72%

acreditam que a cor da pele influencia a decisão de uma abordagem policial; em 2019, eram 81%

concordam que a Justiça é mais dura com negros, ante 71% em 2019

TRANSFERÊNCIA DE RENDA E PÓS-PANDEMIA

apoiam a manutenção, após a pandemia, do auxílio emergencial para as pessoas que têm direito hoje

AS PRINCIPAIS PRIORIDADES PARA A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

foi a nota média para "combater corrupção"; "investimento em educação"; e "garantir direitos iguais entre homens e mulheres"

foi a nota média para "aumento da oferta de emprego"; "investimento público em saúde"; e "combater o racismo"







RESULTADOS DETALHADOS

A terceira edição da pesquisa Oxfam Brasil/Datafolha traz uma foto da opinião pública no fim de um ano marcado pela crise sanitária provocada pela pandemia de covid-19, além do segundo ano do governo do presidente Jair Bolsonaro. Seus resultados permitem a análise de uma série histórica, iniciada em 2017, avaliando as alterações de percepção da opinião pública em meio a mudanças no cenário social, político e econômico do país. A pesquisa foi realizada 22 meses após a segunda edição, cronograma que foi influenciado pelas restrições a levantamentos presenciais à luz da pandemia.

Em linha com as duas pesquisas anteriores, os resultados do levantamento atual destacam a importância da redução de desigualdades como condição para o progresso, uma percepção presente em quase nove em cada dez brasileiros. Os números indicam que a sociedade interpreta de forma mais apurada a distribuição de renda na comparação com o início de 2019, época de realização da segunda edição da pesquisa, mesmo que ainda não compreenda completamente a complexidade das estruturas da desigualdade brasileira.

Reduziu-se o sentimento de otimismo individual sobre o futuro para a maior parte da população, 6% menor que a pesquisa anterior, para aqueles que acreditam que ascenderão de classe social nos próximos cinco anos. Em contraste, os dados apontam para uma percepção majoritária de que o Brasil enquanto sociedade não reduzirá desigualdades em um futuro próximo, ceticismo mais intenso do que se viu no início de 2019.

Uma sociedade com opiniões mais firmes e conscientes sobre o peso do machismo e racismo sobre mulheres e pessoas negras, marcando uma tendência clara já identificada na pesquisa anterior, a despeito do crescimento de discurso conservador que ganhou indubitável expressão política após as eleições de 2018. Assim, brasileiras e brasileiros expressam a compreensão de que mulheres ganham menos por serem mulheres, que sobre elas não devem recair a responsabilidade do trabalho do-

méstico e de cuidados. Entendem também que a cor da pele influencia negativamente a renda, além de reduzir as chances de contratação por empresas, aumentar as chances de abordagem policial e impactar negativamente o comportamento do sistema de Justiça.

Os números da terceira pesquisa também apontam para uma consolidação do apoio da população para reformas tributárias justas e solidárias, que acabem com a regressividade do nosso sistema fiscal, capazes de reduzir impostos sobre bens e serviços, e aumentar aqueles sobre renda e patrimônio, principalmente daqueles mais ricos, indicando um apoio popular às mudanças necessárias no sistema tributário nacional. Trata-se de um dado importante à luz dos debates sobre reforma tributária atualmente em curso no Congresso Nacional, que vê na pauta um dos temas candentes — e urgentes — da agenda econômica nacional.

Por fim, a pesquisa apresenta dados sobre a percepção da sociedade sobre a desigualdade no contexto da pandemia do coronavírus, com destaque para o papel de programas de transferência de renda — como o programa de auxílio emergencial instituído no primeiro semestre de 2020.

Nesta nota são apresentados os principais resultados da pesquisa. Parte deles é referente a perguntas novas, realizadas somente neste ano. Outra parte inclui perguntas feitas nos três anos, 2017, 2019 e 2020, referenciados ao longo do texto e nos gráficos para fins de comparação.

Esta Nota Informativa está dividida em cinco partes: 1. Percepções sobre desigualdades e mobilidade social; 2. Percepções sobre gênero e raça; 3. Percepções sobre tributação e políticas sociais; 4. Percepções sobre políticas públicas e pandemia; e 5. Nós e as desigualdades: caminhos para a redução. Maiores detalhes sobre as margens de erro por recorte amostral, e a descrição da amostra analisada, podem ser encontrados no site da Oxfam Brasil.

1. PERCEPÇÕES SOBRE DESIGUALDADES E MOBILIDADE SOCIAL

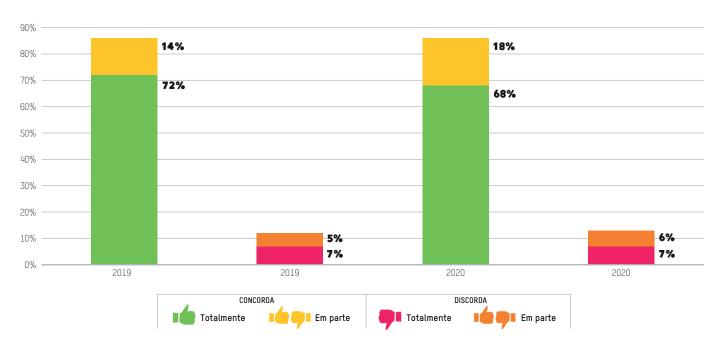
1.1. SEM REDUÇÃO DE DESIGUALDADES NÃO HÁ PROGRESSO

A redução das desigualdades, e a erradicação da pobreza e marginalização, são princípios fundamentais da República, conforme previsto na Constituição Federal de 1988. ² Esses anseios seguem encontrando respaldo na vontade popular, como demonstra a pesquisa ora apresentada, seguindo a tendência captada no levantamento de 2019.

De acordo com a pesquisa de opinião, o progresso do Brasil está condicionado à redução de desigualdade entre ricos e pobres para 86% dos brasileiros e brasileiras, mesmo percentual verificado em 2019. Como mostra o **gráfico 1**, a concordância com essa premissa é total para a ampla maioria dos entrevistados. Considerando diferentes faixas de renda (de até um a mais de cinco salários-mínimos), tal concordância é igualmente ampla, com variação pequena de 84% a 89%.

GRÁFICO 1.Brasil – Necessidade de redução de desigualdade entre ricos e pobres para o progresso do país – 2019 e 2020

Fonte: Oxfam Brasil/Datafolha 2020.



Pergunta: Concordância/discordância sobre a afirmação de que "para o Brasil progredir é fundamental reduzir a diferença econômica entre ricos e pobres". Nota: Os que responderam "não concorda nem discorda" somam 1%, tal como os que declararam não saber.

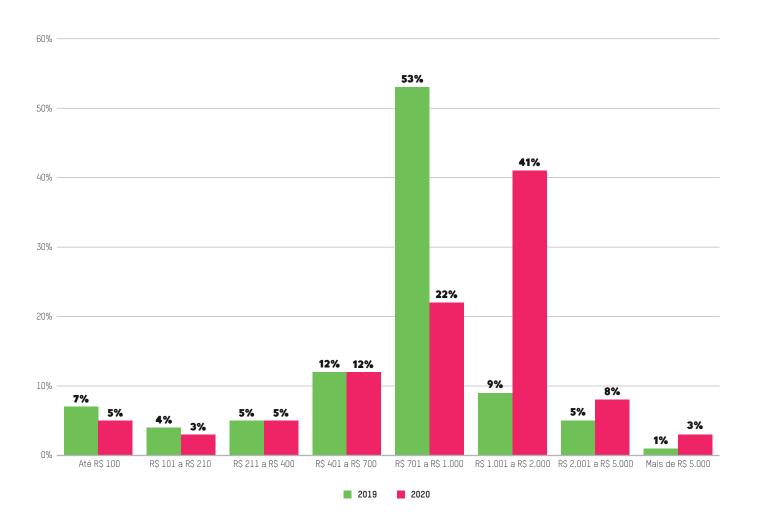
Página - 9

1.2. A POBREZA É MAIS EM CIMA

A percepção pública de pobreza no Brasil é dissonante quando comparada aos critérios hoje utilizados mundialmente. No começo de 2021, 12,8% da população do país, ou quase 27 milhões de pessoas, 3 sobreviviam com uma renda *per capita* menor que R\$ 246 por mês, limiar de pobreza segundo o critério-base do Banco Mundial — aproximadamente o rendimento de R\$ 8,20 por pessoa/dia.

Para apenas 8% dos brasileiros, uma pessoa pode ser considerada pobre com rendimentos de até R\$ 210, e para 13% a pobreza é definida por rendimentos individuais não maiores do que R\$ 400. Quase a metade dos brasileiros acha que a linha da pobreza começa nos R\$ 1.001 mensais — próximo ao valor do salário—mínimo atual —, sendo que 41% acham que ela está entre R\$ 1.001 e R\$ 2.000, como mostra o **gráfico 2.**

GRÁFICO 2.Brasil - Percepção da linha de pobreza - 2019 e 2020
Fonte: Oxfam Brasil/Datafolha 2020.



Pergunta: Na sua opinião, até quanto uma pessoa deve ganhar por mês para ser considerada pobre no Brasil? Nota: Os que declararam não saber somam 1%.

Dentro da faixa mais citada — R\$ 1.001 a R\$ 2.000, com 41% das respostas — há variação entre 32% e 52% de respostas dentre indivíduos em diferentes faixas de renda. Conforme as faixas sobem, pessoas com rendimentos maiores tendem a "arrastar" a linha da pobreza para cima. Entre quem tem renda de três a cinco salários—mínimos, 67% acreditam que uma pessoa pobre tem renda de mais de R\$ 1.000.

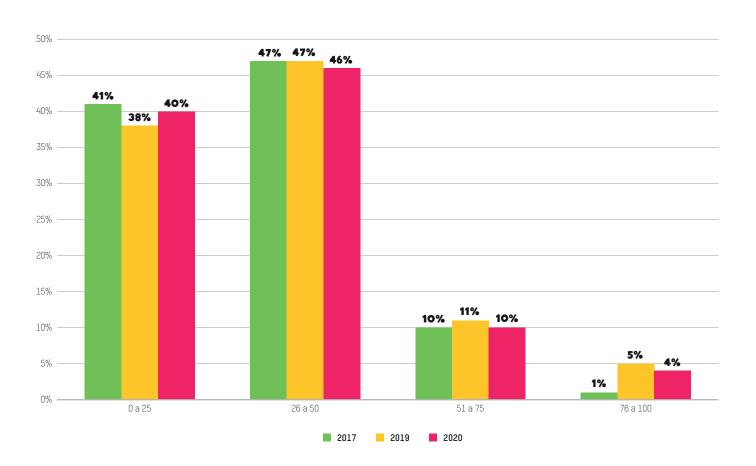
Os dados são relevantes para uma discussão sobre "o que é pobreza" para os brasileiros, além de mostrar a persistência do desafio de melhorar a percepção sobre a distribuição de renda no país. Um debate realista e efetivo sobre políticas públicas de caráter redistributivo, envolvendo temas como o Programa Bolsa Família (PBF) e outros programas de distribuição de renda, por exemplo, passa por uma compreensão mais ampla da sociedade sobre o significado e a extensão da pobreza no Brasil.

1.3. RICO? EU NÃO

Em uma escala de 0 ("muito pobre") a 100 ("muito rico"), 86% dos brasileiros se colocam na metade mais pobre (0 a 50). Na comparação com a pesquisa de 2019, houve uma pequena oscilação para cima — naquela ocasião o número foi de 85% — indicando a persistência de uma visão distorcida da composição das classes sociais no país. Apesar de se tratar de uma oscilação positiva quando comparada aos níveis da primeira pesquisa, de 2017 (na qual esse número foi de 88%), ainda há um longo caminho para equalizarmos o conhecimento e as percepções sobre o tema.

Como visto no **gráfico 3**, houve pequenas variações entre as três pesquisas, com mudanças mais significativas nas "extremidades" entre **2017** e **2019**, com queda de 41% para 38% no contingente que se colocava entre os 25% mais pobres e aumento de 1% para 5% entre os que se situavam entre os 25% mais ricos. De **2019** para **2020**, houve aumento no percentual de pessoas que se colocam entre os 25% mais pobres – 2 pontos percentuais (p.p.) – e uma oscilação para baixo (1 p.p.) entre aqueles que se entendiam como parte dos 25% mais ricos. Entre 2019 e 2020, houve redução de 2 p.p. tanto para as pessoas que se colocavam na metade mais pobre da população como também para os 50% mais ricos.

GRÁFICO 3.Brasil — Percepção de sua própria localização na distribuição de renda nacional — 2017 a 2020
Fonte: Oxfam Brasil/Datafolha 2020.



Pergunta: Em uma escala de 0 a 100 em que 0 estão as pessoas com a renda mais baixa do país, ou seja, os muito pobres, e 100 as pessoas com a renda mais alta do país, ou seja, os muito ricos, em que posição você se colocaria?

Nota: Os que declararam não saber somam 1%.

Ainda que, comparado com a edição anterior da pesquisa, a percepção sobre renda mínima para estar entre os 10% mais ricos tenha melhorado, ela ainda dista bastante da realidade. Tomando em conta os rendimentos *per capita* daqueles com alguma renda, o valor mínimo para fazer parte dos 10% mais ricos do Brasil estava em 4,3 salários-mínimos em 2017⁴ — R\$ 4.730 em valores atuais.⁵ Em outras palavras, a imensa maioria da população na base da pirâmide, e uma pequena minoria concentrando parte considerável da renda, faz com que não seja necessário ganhar muito dinheiro para já ser incluído nas faixas de renda mais altas do país, um cenário sobre o qual reina o desconhecimento entre os brasileiros e as brasileiras.

Somente 23% dos respondentes declararam valores inferiores a R\$ 5.000 para estar entre os 10% mais ricos – um aumento de 4 p.p. em relação aos que responderam o mesmo em 2019. Não obstante, 63% dos respondentes acreditam que, para fazer parte do último decil de renda, são necessários mais de R\$ 5.000 — em 2019, eram 65%.

Apesar disso, 65% dos respondentes acreditam que para fazer parte do maior decil de renda são necessários mais de R\$ 5.000. Pouco mais de um em cada três – 39% – acham que o mínimo seria de R\$ 20.000, quase cinco vezes mais do que a realidade. Cumpre lembrar que dentro do último decil de renda há uma disparidade ainda maior, com o 1% tendo rendimentos médios de R\$ 30.585.6



1.4. OTIMISMO INDIVIDUAL, CETICISMO SOCIAL

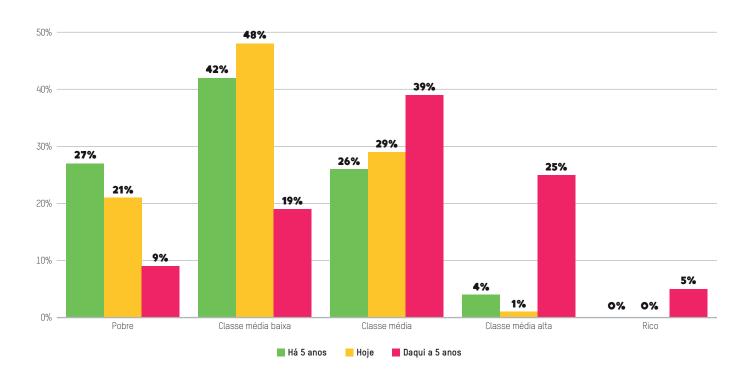
Em 2020, 69% dos brasileiros se localizavam nas categorias "classe média baixa" ou "pobre" – um aumento de 5 p.p. com relação a 2019 – 78% daqueles com renda individual superior a três salários-mínimos e 26% dos brasileiros com renda de mais de cinco salários-mínimos acreditam estarem nas classes mais baixas do país.

Por outro lado, reduziu-se o percentual de pessoas que têm expectativa de mobilidade social: 64% dos brasileiros acreditam que em cinco anos estarão entre a "classe média" e a "classe média alta" — eram 70% em 2019. No estrato dos que recebem até um salário-mínimo de rendimentos individuais mensais, 64% creem que estarão nestes grupos até 2025, uma redução de 4 p.p. em relação aos resultados de 2019. Estes dados são vistos no **gráfico 4**.

Independente das reduções, se mantém o quadro já verificado no levantamento anterior, onde a maior parte da população está otimista quanto à própria possibilidade de mobilidade social, representada com o anseio de quase dois terços da população de ascender à "classe média" e à "classe média alta" nos próximos cinco anos, mesmo entre uma maioria que se reconhece como economicamente pobre hoje.

Há ainda um grupo minoritário de 5% que se vê dentre os "ricos" no período de cinco anos, algo importante de ressaltar, dado que praticamente não houve respondente que tenha se classificado como "rico" nos dias de hoje (ou há cinco anos).

GRÁFICO 4.Brasil – Autopercepção de classe social hoje, há cinco anos e daqui a cinco anos - 2020
Fonte: Oxfam Brasil/Datafolha 2020.

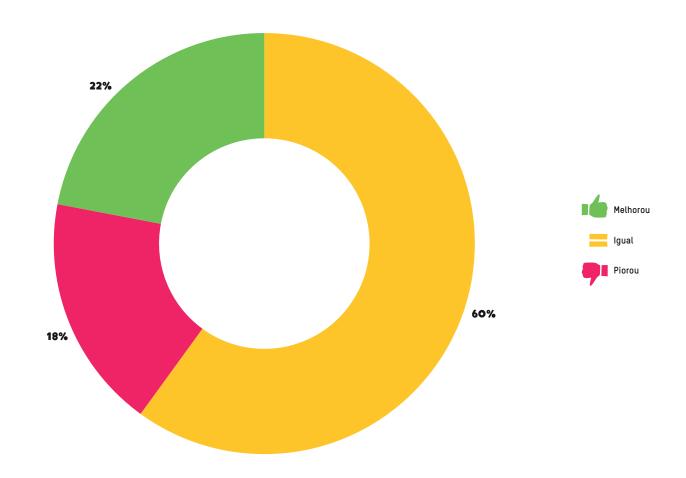


Pergunta: Considerando sua renda e padrão de vida, você se considera em qual dos seguintes grupos? E há cinco anos, aproximadamente, você estava em qual desses grupos? E daqui a cinco anos, você imagina estar em qual desses grupos?

Há 18% dos brasileiros que creem que sua classe social piorou desde 2015 (ver **gráfico 5**). Levando em conta apenas este grupo, as razões para tal queda incluem falta de oportunidades de trabalho (para 46%), piora nas condições financeiras da família (para 36%), falta de oportunidades de estudo (para 27%) e local de moradia (para 15%).

Do outro lado, 22% acreditam que subiram de classe social de cinco anos para cá. Dentre as razões para a ascensão social estão oportunidades de trabalho (para 61%), melhora nas condições financeiras de sua família (para 28%), oportunidades de estudo (para 28%) e local de moradia (para 17%).

GRÁFICO 5.Brasil - Autopercepção de mobilidade social de cinco anos para cá - 2020
Fonte: Oxfam Brasil/Datafolha 2020.

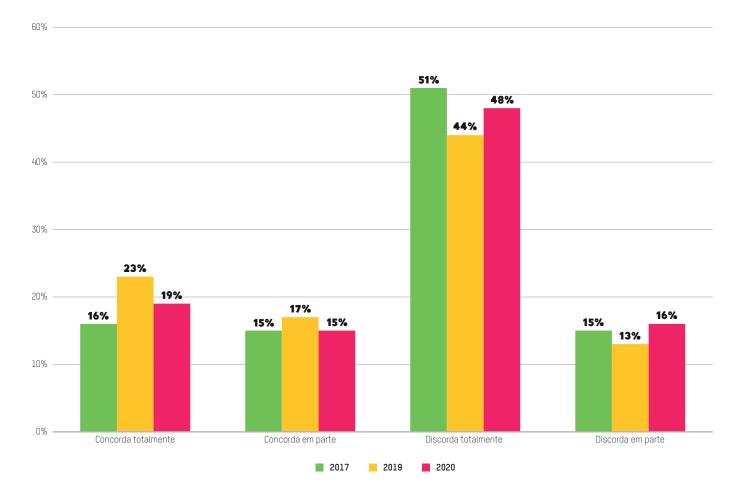


Pergunta: Considerando sua renda e padrão de vida, você se considera em qual dos seguintes grupos? E há cinco anos, aproximadamente, você estava em qual desses grupos?

Tal qual ocorrido em 2019, a relevância do local de moradia na percepção de progresso social — representando razão de piora para 15% e de melhora para 17% — está em linha com outro questionamento da pesquisa, sobre o impacto de morar na periferia em relação às chances de conseguir um trabalho — 76% dos brasileiros concordam total ou parcialmente com a existência desse impacto, chegando a 79% para entrevistados com rendimentos individuais mensais de até um salário-mínimo.

Se ainda há uma percepção otimista de progresso individual, não se pode dizer o mesmo quanto às expectativas de avanço no combate às desigualdades sociais. O gráfico 6 aponta que 64% da população discorda total ou parcialmente que a diferença entre os mais ricos e os mais pobres irá diminuir nos próximos anos no Brasil, representando uma queda de 7 p.p. na comparação com 2019. Ainda, também diminuiu o percentual dos que concordam que haverá diminuição da diferença entre mais ricos e mais pobres no Brasil nos próximos anos, de 40%, em 2019, para 34%, em 2020. Houve, assim, entre 2019 e 2020, uma piora de 13% (6 p.p.) na perspectiva de redução das desigualdades entre muito pobres e muito ricos nos próximos anos.

GRÁFICO 6.Brasil – Percepção sobre a possível queda das desigualdades nos próximos anos – 2017 a 2020
Fonte: Oxfam Brasil/Datafolha 2020.



Pergunta: Concordância/discordância sobre a afirmação de que "nos próximos anos, a diferença entre os mais ricos e os mais pobres irá diminuir no Brasil".

Nota: Os que responderam "não concorda nem discorda" somam 1% em 2019 e 2020. Os que declararam não saber somam 2% em 2019 e 1% em 2020.

1.5. MÉRITO NÃO RESOLVE

Entre 2017 e 2020, houve pequena variação na percepção de que as chances de uma pessoa pobre se nivelam, por meio do trabalho e dos estudos, àquelas de uma pessoa rica.

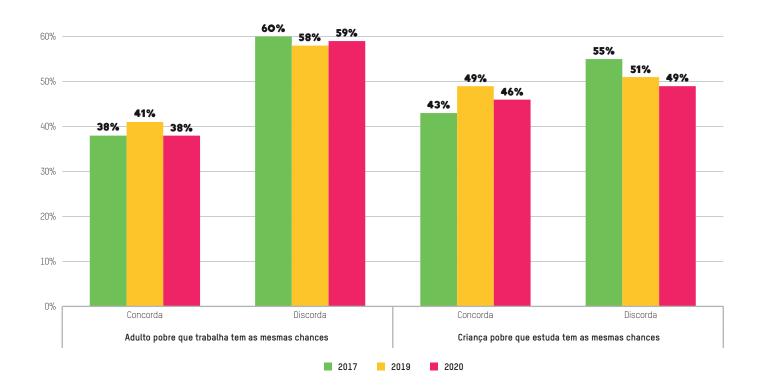
Em 2020, 60% da população discordavam e 39% concordavam que "uma pessoa de família pobre que trabalha muito tem a mesma chance de ter uma vida bem-sucedida que uma pessoa nascida rica e que também trabalha muito". Em 2019, esses números eram de 58% e 41%, respectivamente.

Quanto à educação como trilha para igualdade de oportunidades, houve leves oscilações comparadas com a pesquisa de 2019. São 52% dos brasileiros e brasileiras que não creem que "uma criança de família pobre que consegue estudar tem a mesma chance de ter uma vida bem-sucedida que uma criança nascida em uma família rica", contra 47% que acreditam nisso. Em 2019, tais valores eram 51% e 49%, respectivamente (ver gráfico 7).

GRÁFICO 7.

Brasil – Confiança no papel do trabalho e da educação como niveladores sociais para os mais pobres – 2017 a 2020

Fonte: Oxfam Brasil/Datafolha 2020



Pergunta: Concordância/discordância sobre as afirmações de que "no Brasil, uma pessoa de família pobre e que trabalha muito tem a mesma chance de ter uma vida bem-sucedida que uma pessoa nascida rica e que também trabalha muito" e de que "no Brasil, uma criança de família pobre que consegue estudar tem a mesma chance de ter uma vida bem-sucedida que uma criança nascida em uma família rica".

Nota: Os que responderam "não concorda nem discorda" somam 1% em 2020, 2019 e 2017 para o quesito trabalho, e 0% em 2020 e 2019, e 1% em 2017, para o quesito estudo. Os que declararam não saber somam 1% em 2019 e não pontuam em 2020 e 2017 no quesito trabalho, e não pontuam em nenhum dos anos no quesito estudo.

Página - 17

1.6. FÉ, EDUCAÇÃO E SAÚDE PARA UMA VIDA MELHOR

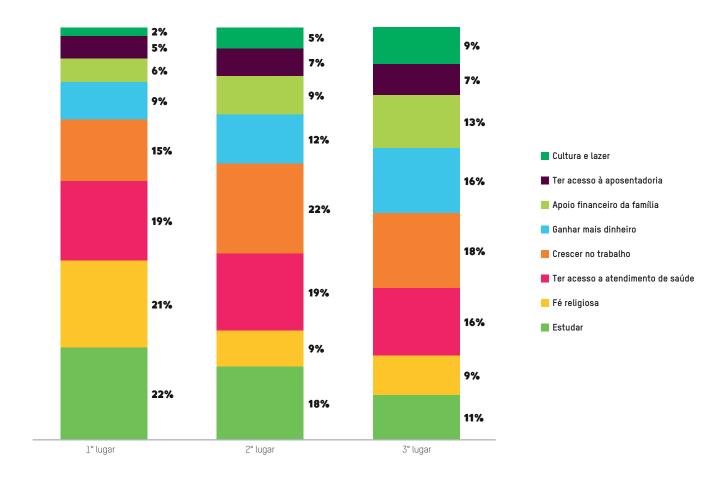
Solicitados a serem ordenados por importância oito aspectos para uma "vida melhor daqui para frente", prédeterminados no questionário aplicado, aquele tópico que recebeu o maior número de indicações como prioridade foi "estudar", com 22% (gráfico 8).

Em seguida, aparecem os aspectos "fé religiosa" e "ter acesso à saúde", para 21% e 19% dos entrevistados, respectivamente. Somados, "estudar", "fé religiosa" e "ter acesso à saúde" são primeiras prioridades de 62% dos brasileiros.

Considerando o conjunto da primeira, segunda, terceira e quarta prioridades somadas, destacam-se "crescer no trabalho" (com 69%), "estudar" (com 60%) e "fé religiosa" (com 49%). Dos menos prioritários, "ter acesso à aposentadoria" e "cultura e lazer" são citados nas quatro rodadas de priorização em apenas 27% e 31% das respostas, respectivamente.

GRÁFICO 8.Brasil – Prioridades para melhoria de vida - 2020

Fonte: Oxfam Brasil/Datafolha 2020.



Pergunta: Agora, eu gostaria que você colocasse em ordem de importância alguns aspectos que considera importante para ter uma vida melhor daqui para frente, do mais importante ao menos importante.



É relevante destacar como, no meio de uma grave crise econômica aprofundada pela pandemia de covid-19, a renda não aparece como um aspecto prioritário para uma vida melhor — "ganhar mais dinheiro", foi a primeira prioridade para apenas 9% dos entrevistados, sendo mencionada em 37% das respostas referentes aos três principais aspectos, uma tendência que é mais acentuada no estrato com menores rendimentos.

Tomando como base entrevistados que ganham até um salário-mínimo, "ganhar mais dinheiro" é a primeira prioridade de apenas 8%, uma parcela 4 p.p. abaixo da verificada entre aqueles que ganham mais de cinco salários-mínimos.

Chama a atenção, também, o fato de a crise sanitária do novo coronavírus não ter sido o bastante para colocar "ter acesso à saúde" como primeira prioridade. Com 18%, o tópico é o terceiro colocado como primeira prioridade, um percentual que repete o verificado no levantamento de 2019.

2. PERCEPÇÕES SOBRE GÊNERO E RAÇA

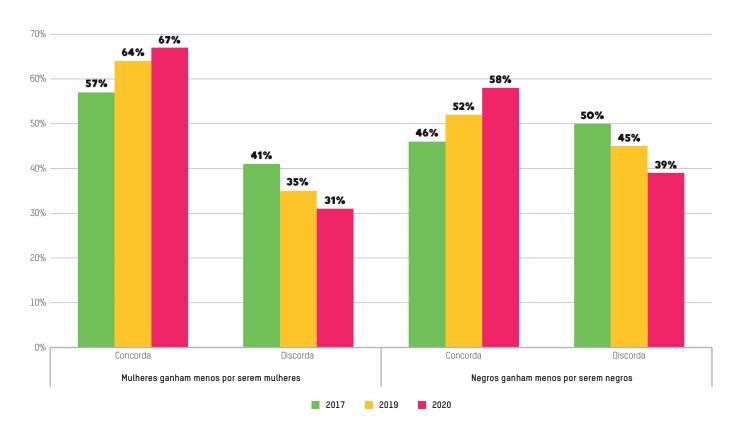
2.1. PARA MAIORIA CONSOLIDADA, GÊNERO E RAÇA IMPACTAM RENDA

A percepção pública sobre discriminação por gênero e raça no mercado de trabalho se consolidou ao longo das três pesquisas (**gráfico 9**), um dado relevante posto que a identificação do problema é condição para apoio público às suas soluções.

Em 2020, 67% dos brasileiros concordavam total ou parcialmente que "mulheres ganham menos no mercado de trabalho por serem mulheres", contra 31% que discordam. Em 2019, a concordância total ou parcial era de 64% (e de 57% em 2017) e a discordância total ou parcial era de 35% (e de 41% em 2017). Assim, entre 2017 e 2020, a diferença entre quem concordância e discordância mais do que dobrou, passando de 16 para 36 p.p..

Como esperado, a concordância é maior entre as mulheres na comparação com os homens: 73% delas concordam com a afirmação, contra 62% deles; em 2019, 69% delas e 58% deles concordavam. Trata-se de diferença relevante de 11 p.p., em que pese uma maioria relevante existir em ambos os grupos.

GRÁFICO 9.Brasil – Percepções sobre impacto do gênero e da raça sobre rendimentos – 2017 a 2020
Fonte: Oxfam Brasil/Datafolha 2020.



Pergunta: Concordância/discordância sobre as afirmações de que "mulheres ganham menos do que homens no mercado de trabalho por serem mulheres" e de que "negros ganham menos que brancos no mercado de trabalho pelo fato de serem negros".

Nota: Os que responderam "não concorda nem discorda" somam 1% em 2020, 2019 e 2017 para o quesito gênero, e 1% em 2020, 2019 e 2017 para o quesito raça. Os que declararam não saber somam 1% em 2020, 2019 e 2017 no quesito gênero, e 2% em 2019 e 2017, e 3% em 2020, no quesito raça.

Um quadro similar se verificou quanto ao racismo e sua relação com renda no mercado de trabalho, com a consolidação da percepção dessa conexão ao longo das três pesquisas. Em 2020, 58% dos brasileiros concordavam total ou parcialmente com a afirmação de que "negros ganham menos no mercado de trabalho pelo fato de serem negros", enquanto 39% discordam total ou parcialmente da afirmação. Em 2019, 52% concordavam (e, em 2017, 46%) e 45% discordavam (50% em 2017). Assim, entre 2017 e 2020, houve uma reversão da percepção sobre o racismo no mercado de trabalho, passando de 4 p.p. em favor da discordância para 19 p.p. favoráveis à concordância.

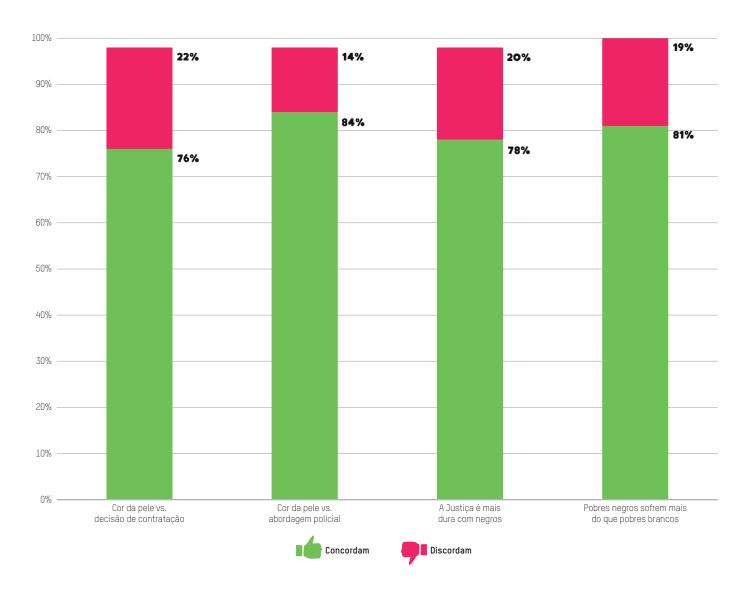
Analisando a concordância em 2020, 57% das pessoas que se autodeclaram "pardas" acreditam que negros ganham menos por serem negros, número que sobe para 69% dos autodeclarados "pretos"; entre os autodeclarados brancos, a concordância é de 53%. Assim, verifica-se uma diferença de 16 p.p. entre a percepção de concordância entre pretos e brancos, pouco mais do que o dobro entre os dois estratos na pesquisa de 2019, que foi de 7 p.p..

Mesmo assim, ainda é predominante entre os brancos a concordância quanto à existência de racismo no mercado de trabalho, com uma diferença de 11 p.p. entre concordância (53%) e discordância (42%). Desse modo, o racismo como definidor de renda é amplamente manifestado nas respostas dos entrevistados, o que se evidenciou de forma ainda mais patente em outras expressões de racismo, conforme se verá.

2.2. A COR DA PELE DEFINE

A cor da pele define amplamente as chances de contratação por empresas e de abordagem policial, bem como afeta o tratamento pela justiça e dificulta a vida de quem é pobre, conforme dados expostos no **gráfico 10**.

GRÁFICO 10.Brasil - Percepções sobre o racismo - 2020
Fonte: Oxfam Brasil/Datafolha 2020.



Pergunta: Concordância/discordância sobre as afirmações de que "a cor da pele influencia a decisão de uma abordagem policial"; "a Justiça é mais dura com os negros"; "pobres negros sofrem mais com a desigualdade no Brasil do que os pobres que são brancos"; e "a cor da pele influencia a decisão de contratação por empresas".

Nota: Os que responderam "não concorda nem discorda" somam 1% em todas as afirmações, exceto pela "pobres negros sofrem mais do que pobres brancos", que não pontuou. Dentre os que declararam não saber, estes somam 1% para todas as afirmações testadas, exceto pela "pobres negros sofrem mais do que pobres brancos", que não pontuou.

Diretamente relacionada à renda, a cor da pele influencia a decisão de contratação por empresas de acordo com a percepção de 76% dos brasileiros, ante 72% em 2019. Essa concordância é de 77% entre pessoas autodeclaradas pardas e chega a 86% entre os autodeclarados negros. Entre brancos, 71% declararam concordar total ou parcialmente com a afirmação.

É expressiva a percepção do racismo policial no Brasil. Em 2020, 84% da população acreditava que a cor de pele influencia a decisão de uma abordagem policial; em 2019, eram 81%. Entre pessoas autodeclaradas pardas e pretas, a concordância é de 87% e 89%, respectivamente; em 2019, 81% dos autodeclarados pardos e 88% dos autodeclarados pretos concordavam com a afirmação. Mesmo entre pessoas brancas, vítimas minoritárias da polícia, 7 a concordância é expressiva: 81%, ante 79% em 2019.

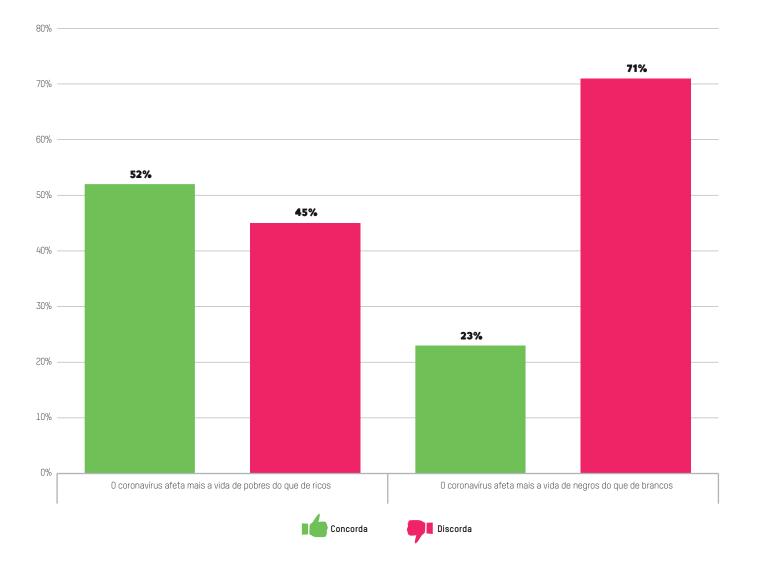
Para 78% dos brasileiros, a Justiça é mais dura com pessoas negras, ante 71% em 2019. A percepção aumenta para 81% entre pessoas autodeclaradas pardas e 83% entre autodeclarados pretos; em 2019, eram 72% (pardos) e 76% (pretos). Entre as pessoas brancas, a concordância é de 72%, ante 66% em 2019.

Há ampla percepção sobre a pobreza pesar mais sobre pessoas negras: 81% dos brasileiros concordam com a afirmação de que "pobres negros sofrem mais com a desigualdade no Brasil do que os pobres que são brancos", o mesmo número de 2019. A assertiva conta com a concordância de 77% dos brancos, 82% dos pardos e 84% dos pretos; em 2019, o apoio de brancos, pardos e pretos era de 80%, 81% e 85%, respectivamente.

A ampla e consolidada percepção sobre a desigualdade racial no Brasil, no entanto, não se traduz na percepção sobre o impacto desigual da pandemia de covid-19 no país, apesar dos dados e fatos noticiados (ver **gráfico 11**). Apenas 23% dos brasileiros concordam que o coronavírus afeta mais a vida de pessoas negras do que de brancas, contra 71% que discordam da afirmação; 52% dos brasileiros concordam que o coronavírus afeta mais

a vida de pobres do que de ricos; 45% discordam dessa afirmação. No Brasil, as pessoas negras representam 75,2% dos brasileiros que estão entre os 10% mais pobres do país.8 Segundo estudo que analisou óbitos por causas naturais na cidade de São Paulo, em 2020, incluindo ocasionados por covid-19, o excesso de mortalidade no período foi mais do que o dobro entre negros (25%) do que entre brancos (11,5%).9

GRÁFICO 11.Impacto desigual da pandemia no Brasil – 2020
Fonte: Oxfam Brasil/Datafolha 2020.



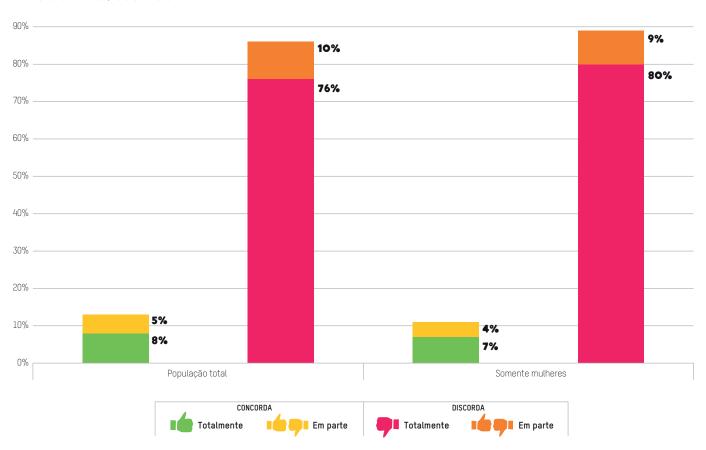
Pergunta: Concordância/discordância sobre as afirmações de que "o coronavírus afeta mais a vida de pobres do que de ricos" e "o coronavírus afeta mais a vida de negros do que de brancos".

Nota: Os que responderam "não concorda nem discorda" somam 2% nas duas afirmações. Dentre os que declararam não saber, estes somam 1% para a primeira afirmação e 3% para a segunda afirmação.

2.3. LUGAR DE MULHER

A maioria da população se contrapõe ao papel tradicional atribuído à mulher no ambiente doméstico. Como aponta o **gráfico 12**, 86% dos brasileiros discordavam total ou parcialmente da afirmação de que "as mulheres deveriam se dedicar somente a cuidar da casa e dos filhos, e não trabalhar fora" em 2020, praticamente a mesma cifra verificada em 2019; quando 13% concordava.

GRÁFICO 12.Brasil – O papel da mulher somente para cuidar da casa e dos filhos - 2020
Fonte: Oxfam Brasil/Datafolha 2020.



Pergunta: Concordância/discordância sobre a afirmação de que "as mulheres deveriam se dedicar somente a cuidar da casa e dos filhos, e não trabalhar fora".

Nota: Os que responderam "não concorda nem discorda" e os que declararam não saber não pontuaram nesta pergunta, seja na amostragem geral seja no recorte de respondentes mulheres.

Entre as mulheres, a discordância total ou parcial com a afirmação chega a 89%, contra 83% dos homens. Essa percepção se choca com o mundo real, no qual mulheres atuam 18 horas semanais, em média, a cuidados de pessoas ou afazeres domésticos, contra apenas 10 horas semanais dos homens. 10 peso desproporcionalmente alto de cuidado desempenhado pelas mulheres intensificou-se ainda mais no contexto da pandemia. 11

3. PERCEPÇÕES SOBRE TRIBUTAÇÃO E POLÍTICAS SOCIAIS

3.1. MAIOR APOIO À TRIBUTAÇÃO GERAL E DOS MAIS RICOS

Em um contexto de grave crise sanitária provocada pela pandemia de covid-19, praticamente todos os países do mundo têm sofrido os efeitos do desaquecimento econômico decorrente de políticas de distanciamento social, medidas necessárias para diminuir a propagação do coronavírus e o funcionamento adequado dos sistemas de saúde.

Na América Latina e no Caribe, a redução do passo da economia ocasionou ou agravou crises fiscais à luz da queda na arrecadação de impostos somada a uma demanda mais intensa de serviços públicos, a começar por atendimentos de saúde de alto custo, medidas de proteção social e recuperação econômica. Como resposta, diversos países instituíram taxações emergenciais para tentar equilibrar as contas públicas, como ocorrido recentemente na Argentina¹² e no Chile.¹³

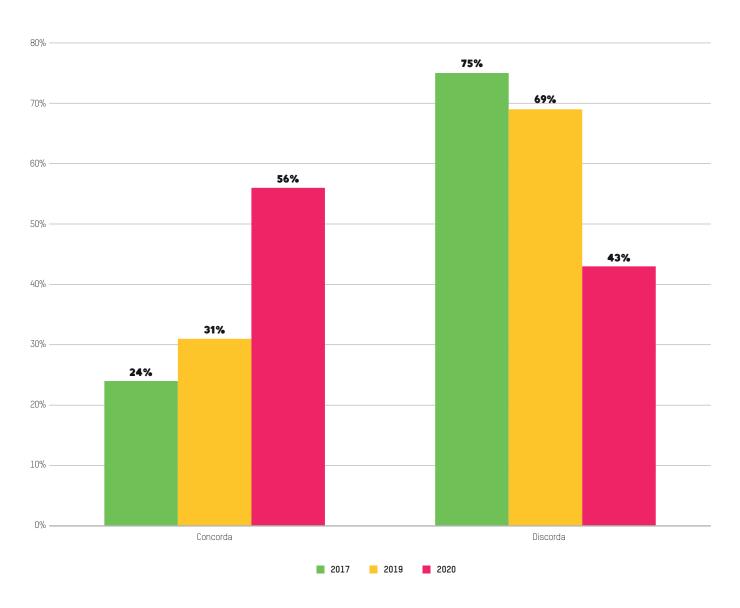
No Brasil, embora medidas de taxação emergenciais não tenham sido tomadas e o debate da reforma tributária esteja em compasso de espera, percebe-se a consolidação de uma percepção pública favorável ao aumento da tributação para o financiamento de políticas sociais, como educação, saúde e moradia. Em 2020, 56% dos brasileiros concordavam total ou parcialmente com o aumento de impostos em geral para assegurar melhor educação, mais saúde e mais moradia para os que precisam; em 2019, eram 31%. O apoio ao aumento de impostos somente aos mais ricos era ainda mais amplo: 84%, ante os 77% em 2019.

Os números são dignos de nota, pois apontam para uma inédita reversão do apoio ao aumento da tributação geral. Em 2017, verificava-se uma diferença de 51 p.p. em

prol da discordância do aumento da tributação para todos como forma de ampliar financiamento de políticas sociais, com 75% contrários e 24% favoráveis. Em 2019, essa diferença caiu para 38 p.p., com 69% contrários e 31% favoráveis. Finalmente, em 2020, houve uma mudança no sentido do apoio social ao tema, com uma diferença de 13 p.p. a favor do aumento de impostos a todos (ver gráfico 13).



GRÁFICO 13.Brasil – Apoio ao aumento de impostos em geral para financiar políticas sociais – 2017 a 2020
Fontes: Oxfam Brasil/Datafolha 2020.



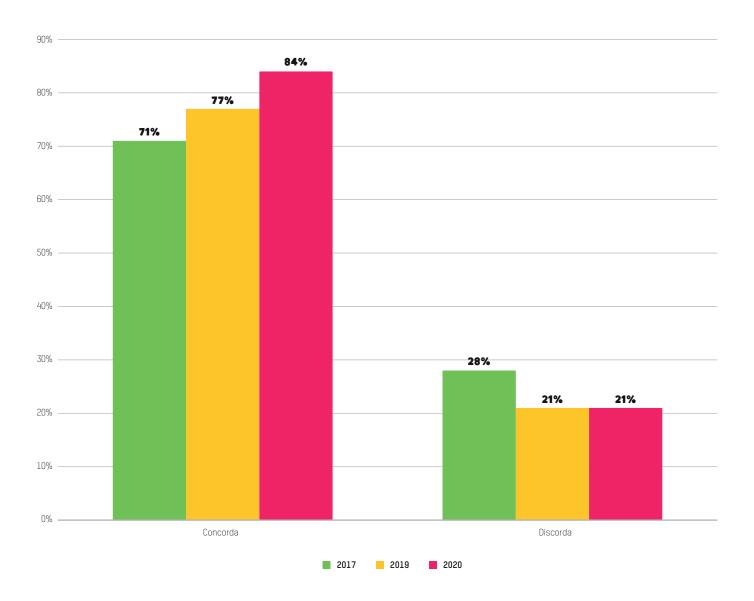
Pergunta: Concordância sobre a afirmação de que "o governo deve aumentar impostos em geral para garantir melhor educação, mais saúde e mais moradia para os que precisam".

Nota: Os números referem-se à somatória de concordâncias parciais e totais.

No que tange ao apoio ao aumento da tributação sobre os mais ricos para financiar políticas sociais, desde a primeira pesquisa era perceptível um amplo suporte ao incremento de impostos, com uma diferença de 43 p.p.. Essa margem se ampliou em 47% entre 2017 e 2020, chegando a 63 p.p. de diferença (ver **gráfico 14**).

GRÁFICO 14.Brasil – Apoio ao aumento de impostos para pessoas muito ricas para financiar políticas sociais – 2017 a 2020

Fontes: Oxfam Brasil/Datafolha 2020.



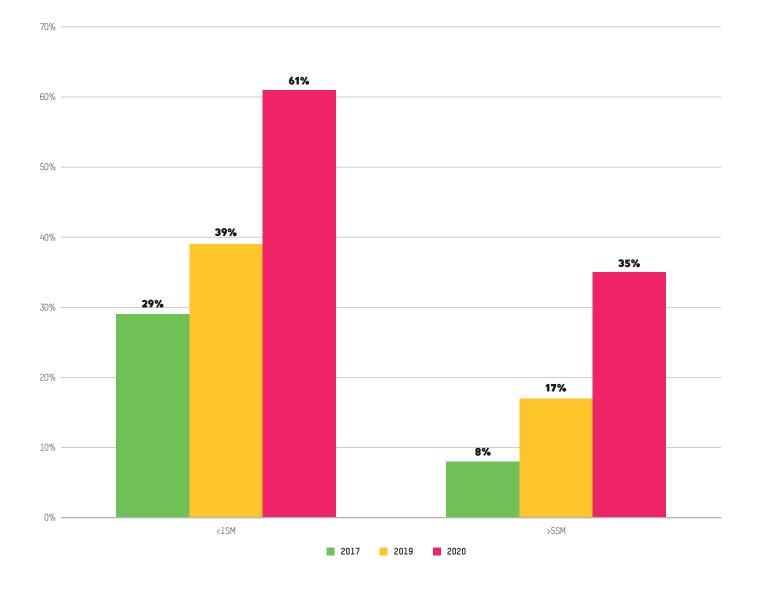
Pergunta: Concordância sobre a afirmação de que "o governo deve aumentar os impostos somente de pessoas muito ricas para garantir melhor educação, mais saúde e mais moradia para os que precisam".

Nota: Os números referem-se à somatória de concordâncias parciais e totais.

Uma análise do apoio à tributação de pessoas em geral por estratos de renda aponta um crescimento sustentado nas três pesquisas (ver **gráfico 15**). Considerando o grupo com rendimentos de até um salário-mínimo, houve um aumento de 32 p.p. entre 2017 e 2020, ou seja, o apoio ao aumento da tributação de todas as pessoas para financiar políticas sociais mais do que dobrou no período, passando de 29% para 61%. Entre os brasileiros

com renda superior a cinco salários-mínimos, ainda que o avanço tenha sido um pouco menor – 27 p.p. – relativamente a ampliação do suporte foi maior, passando de 8%, em 2017, para 35%, em 2020, isto é, mais de quatro vezes. Neste último caso, no entanto, mesmo com o aumento expressivo, mais brasileiros com renda superior a cinco salários-mínimos discordam (62%) do que concordam (35%).

GRÁFICO 15.Brasil – Suporte à tributação de pessoas em geral para políticas sociais – 2017 a 2020
Fontes: Oxfam Brasil/Datafolha 2017, 2019 e 2020



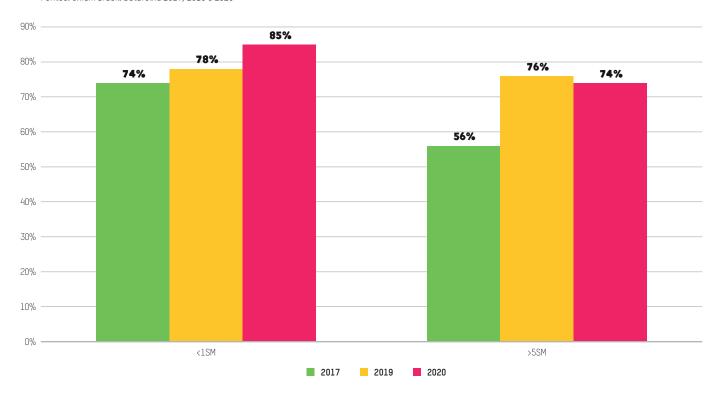
Pergunta: Concordância sobre a afirmação de que "o governo deve aumentar impostos em geral para garantir melhor educação, mais saúde e mais moradia para os que precisam".

Nota: Os números referem-se à somatória de concordâncias parciais e totais.

O apoio ao aumento da tributação sobre pessoas mais ricas para financiar políticas sociais, como saúde, educação e moradia, apresenta menores variações quando se olha para os estratos de renda nas três pesquisas (ver **gráfico 16**). Entre os brasileiros que ganham até um salário-mínimo, o apoio passou de 74%, em 2017, para 85%, em 2020. Levando-se em conta pessoas com rendimentos acima de cinco salários-mínimos, o apoio va-

riou de 56%, em 2017, para 74%, em 2020. Neste último caso, vale notar uma leve oscilação negativa no apoio, que havia chegado a 76% em 2019 para o estrato de mais de cinco salários-mínimos. Assim, ainda que os mais ricos apoiem de forma menos entusiástica aumentos de impostos que os afetem, a concordância é ampla: 74% contra 24% que discordam.

GRÁFICO 16.Brasil – Suporte à tributação de pessoas muito ricas para políticas sociais – 2017 a 2020
Fontes: Dxfam Brasil/Datafolha 2017, 2019 e 2020



Pergunta: Concordância sobre a afirmação de que "o governo federal deve aumentar os impostos de pessoas muito ricas para garantir melhor educação, mais saúde e mais moradia para os que precisam".

Nota: Os números referem-se à somatória de concordâncias parciais e totais.

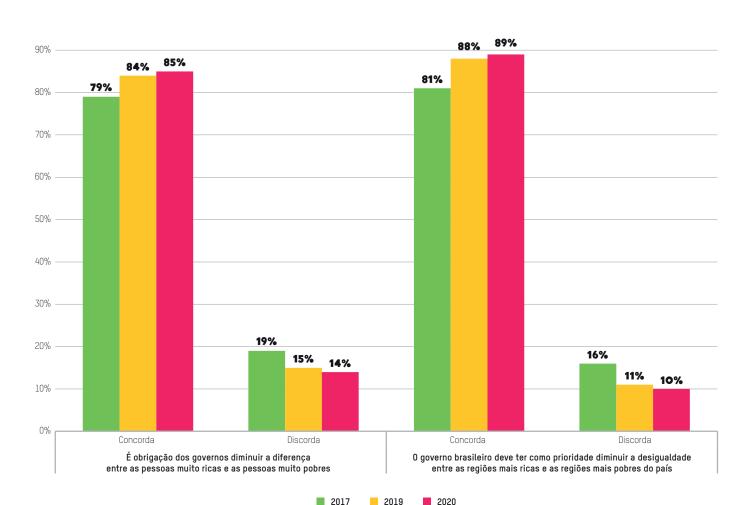
O índice de concordância com a tributação do topo da pirâmide de renda é ampliado quando se dá concretude à expressão "pessoas muito ricas". Neste caso, 84% da população apoia maior tributação de "pessoas que ganham mais de R\$ 40 mil por mês" como meio de "reduzir o imposto sobre produtos como alimentos, gasolina, roupas, medicamentos e eletrodomésticos". Em 2019, eram 82%. Esse apoio é alto e razoavelmente constante mesmo quando se olha para os estratos de renda, com um pico de 86% para brasileiros com renda de um a dois salários-mínimos e um piso de 72% para pessoas com renda acima de cinco salários-mínimos, justamente os mais ricos.

3.2. ESTADO PRESENTE E POLÍTICAS UNIVERSAIS

O apoio dos brasileiros à ação de governos no combate às desigualdades manteve sua tendência de alta nesta terceira pesquisa. Em 2020, 85% dos brasileiros concordavam total ou parcialmente que "em um país como o Brasil, é obrigação dos governos diminuir a diferença entre as pessoas muito ricas e as pessoas muito pobres", ante 84%, em 2019, e 79%, em 2017.

Há uma ampla percepção pública sobre a relevância da ação do Estado na redução de desigualdades regionais, um princípio previsto no artigo 3°, III, da Constituição Federal de 1988. Em 2020, 89% dos brasileiros concordavam total ou parcialmente que "o governo brasileiro deve ter como prioridade diminuir a desigualdade entre as regiões mais ricas e as regiões mais pobres do país"; em 2019, eram 88% e, em 2017, 81% (ver gráfico 17).

GRÁFICO 17.Brasil – Papel do Estado na redução das desigualdades – 2017 a 2020 Fontes: Oxfam Brasil/Datafolha 2017, 2019 e 2020.



Pergunta: Concordância/discordância sobre as afirmações de que "em um país como o Brasil, é obrigação dos governos diminuir a diferença entre as pessoas muito ricas e as pessoas muito pobres" e que "o governo brasileiro deve ter como prioridade diminuir a desigualdade entre as regiões mais ricas e as regiões mais pobres do país".

Nota: Os números referem-se à somatória de concordâncias parciais e totais.

Página - 31

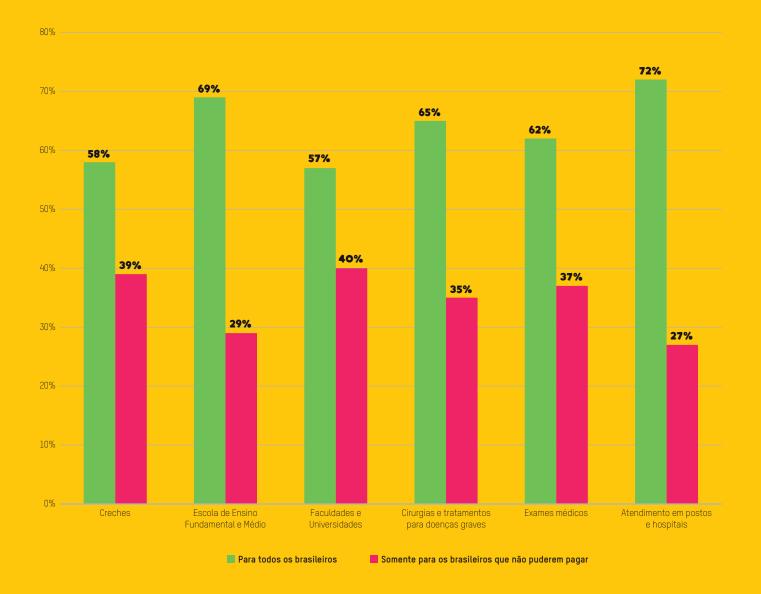
Quando testadas as opiniões sobre o caráter das políticas públicas — universais, focalizadas ou não realizadas pelo Estado —, percebe-se uma forte tendência universalista e pouquíssimo espaço para visões privatistas dos serviços públicos. Este é mais um conjunto de opiniões que suporta os princípios constitucionais firmados pela nossa sociedade em 1988, através da Constituição Federal.

Como apontado no gráfico 18, o apoio a políticas universais varia entre 58% e 72% das respostas, a depender dos serviços testados. No caso da educação, 58% dos brasileiros acreditavam, em 2020, que o governo deve prover creches e universidades para todos - eram 64% em 2019, enquanto 39% preferiam que fosse somente para quem não pudesse pagar, ante 33% em 2019. Nos ensinos fundamental e médio, em 2020 o apoio à oferta universal chegava a 69% -- eram 75% em 2019, com apenas 29% apoiando a focalização naqueles sem condições financeiras para pagar; em 2019, eram 22%. Nas políticas de saúde, a relação universalidade versus Focalização, em 2020, era de 65% vs. 35% (ante 70% vs. 29%, em 2019) no caso de cirurgias e tratamentos para doenças graves, 62% vs. 37% (contra 68% vs. 30% em 2019) no caso de exames médicos, e 72% vs. 27% (ante 73% vs. 25% em 2019) para atendimento em postos de saúde e hospitais.

GRÁFICO 18.

Brasil – Apoio a políticas universais, focalizadas ou a ausência de intervenção estatal em saúde e educação - 2020

Fonte: Oxfam Brasil/Datafolha 2020.



Pergunta: "Na sua opinião, o governo deveria oferecer [o serviço] para todos os brasileiros, somente para os brasileiros que não puderem pagar ou para ninguém e todos deveriam pagar por esse serviço?".

4. PERCEPÇÕES SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS E PANDEMIA

4.1.PAPEL DE PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

A crise sanitária provocada pela covid-19 teve impacto planetário, requerendo a adoção de medidas de proteção visando diminuir a propagação do coronavírus em um contexto de ausência de tratamento para a doença e, na maior parte de 2020, inexistência de vacinas, que só superariam as fases finais de testes no começo de dezembro do mesmo ano. Medidas de isolamento social foram adotadas em diversos países, considerando sua eficácia como forma de reduzir a circulação de pessoas e, como consequência, derrubar a taxa de transmissão do coronavírus.

Diante do extenso impacto econômico do coronavírus, auxílio financeiro imediato é uma necessidade para bilhões de pessoas, ao lado do acesso a medidas de proteção social para quem permanecerá em situação de vulnerabilidade no longo prazo.¹⁴

Fruto de relevante mobilização da sociedade civil e atuação decisiva da oposição no Congresso Nacional, o auxílio emergencial foi aprovado em março de 2020 e constituiu uma das mais importantes políticas públicas adotadas durante a pandemia. Com parcelas mensais de R\$ 600 – em algumas hipóteses, com pagamento dobrado – pagas entre abril e agosto e de R\$ 300 entre setembro e dezembro de 2020, o auxílio emergencial tinha como público prioritário trabalhadores informais e autônomos, duramente afetados pela crise econômica decorrente da pandemia. Cerca de 67,8 milhões de brasileiros receberam o auxílio emergencial em 2020, com estimativas de que seu impacto indireto tenha chegado a cerca de metade da população do país, com custo estimado de R\$ 321,8 bilhões.¹⁵

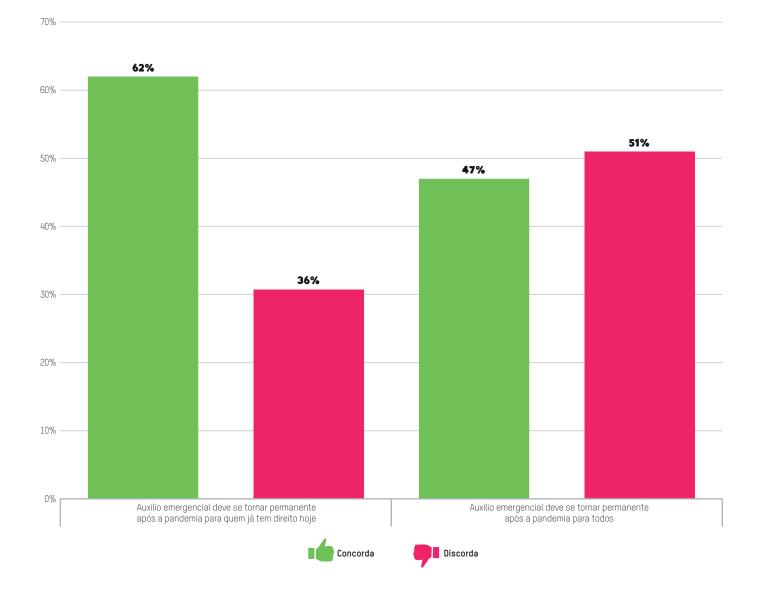
Estudos apontam que o auxílio emergencial foi responsável por reduzir a pobreza extrema no Brasil aos menores níveis já registrados na história, um feito notável quando se considera a gravidade da crise econômica decorrente da pandemia. Segundo o FGV Social, Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, em agosto de 2020 a população vivendo abaixo da linha da pobreza extrema chegou a 4,5%; como comparação, a população vivendo em condição de miséria no final de 2019 somava 11%.¹6 Economistas apontam¹7 que o auxílio emergencial contribuiu para mitigar a queda do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil em 2020.

Não obstante ao seu inegável efeito positivo, o auxílio emergencial não foi renovado no final de 2020, o que contribuiu para reverter os efeitos benéficos do programa de transferência de renda já nos primeiros meses de 2021. A parcela da população vivendo em condição de miséria, que havia chegado ao mínimo histórico de 4,8% em agosto de 2020 e atingido 8,5% em dezembro – já refletindo a diminuição do benefício pela metade a partir de setembro, bateu 12,8% em janeiro de 2021, taxa mais alta desde o início dos anos 2010. Desde meados de fevereiro de 2021, discutia-se a renovação do auxílio emergencial, porém por tempo limitado, com parcelas reduzidas e para menos beneficiários. O novo auxílio emergencial passou a ser pago apenas em abril de 2021.

A pesquisa buscou aferir a percepção pública sobre o auxílio emergencial, especificamente sobre sua manutenção após o fim da pandemia e, nesse contexto, 62% dos brasileiros concordavam total ou parcialmente com a permanência do auxílio emergencial após o término da pandemia para as mesmas pessoas que tinham direito

em dezembro de 2020; 36% discordavam sobre a continuidade. Quando se considera a manutenção do auxílio emergencial no pós-pandemia para todos os brasileiros, a maioria dos respondentes discordava, porém com uma margem pequena: 51% contra 47% (ver gráfico 19).

GRÁFICO 19.Apoio à manutenção do auxílio emergencial após o fim da pandemia – 2020
Fonte: Oxfam Brasil/Datafolha 2020.



Pergunta: Concordância/discordância sobre as afirmações "O auxílio emergencial deve se tornar permanente após o fim da pandemia para as pessoas que têm direito hoje" e "O auxílio emergencial deve se tornar permanente após o fim da pandemia para todas as pessoas"

Página - 35

MAIOR CONCORDÂNCIA

Analisando os microdados do apoio à manutenção do auxílio emergencial no pós-pandemia para quem tinha direito em dezembro de 2020.

MULHERES 70%
JOVENS
16 a 24 anos

80%
Renda familiar
DE ATÉ 1SM

72%
Ensino
FUNDAMENTAL

72%
CATÓLICOS
64%
PRETOS
E PARDOS

HOMENS 40% 42% 25 a 34 anos

NORTE
67% 68%
NORDESTE
65%
Municípios com até
5 MIL HABITANTES

beneficiários

BOLSA FAMÍLIA

78%

55%
Renda familiar
ACIMA DE 5SM

Ensino
SUPERIOR
NÃO
beneficiários

Renda familiar ACIMA DE 5SM

BOLS
GENCIAL

NÃO beneficiários 45% AUXÍLIO EMERGENCIAL 40%

44%
Municípios entre
200 E 500 MIL
HABITANTES

BRANCAS 43%

AMARELAS 40%

MAIOR DISCORDÂNCIA

MAIOR CONCORDÂNCIA

Quanto à permanência do auxílio emergencial para todas as pessoas após a pandemia.

MULHERES Ensino 16 a 24 anos **FUNDAMENTAL HOMENS** 55% NORDESTE Renda familiar Municípios com até **50 MIL HABITANTES DE ATÉ 1SM** 25 a 34 anos beneficiários 🗷 **Ensino SUPERIOR BOLSA FAMÍLIA** Renda familiar **ACIMA DE 5SM INDÍGENAS** 51% Municípios entre 200 E 500 MIL HABITANTES PRETOS **52%** BRANCAS **54%** NÃO beneficiários **AMARELAS**

> MAIOR DISCORDÂNCIA

BOLSA FAMÍLIA

55%

5. NÓS E AS DESIGUALDADES: CAMINHOS PARA A REDUÇÃO

A Oxfam Brasil trabalha pela redução das desigualdades no país. Defendemos que o caminho para isso está traçado em nossa Constituição Federal, que precisa ser respeitada e plenamente implementada. Também perpassa pelos aprendizados históricos que tivemos no período pós-redemocratização.

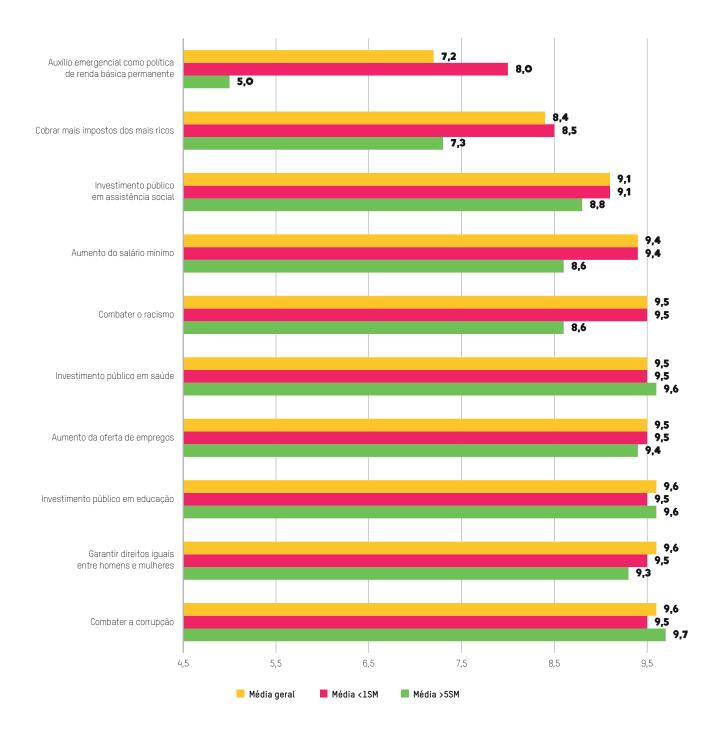
Este conjunto, de princípios e políticas estruturais, com políticas conjunturais efetivas e mudanças comportamentais em contínuo avanço, compõe uma agenda poderosa na construção de uma sociedade justa e solidária. A Oxfam Brasil testou essa agenda com o público entrevistado pelo Instituto Datafolha, buscando identificar o grau de importância de algumas medidas para a redução de desigualdades na opinião dos brasileiros e brasileiras. O gráfico 20 resume os resultados.



GRÁFICO 20.

Brasil – Médias dos graus de importância para dez medidas prioritárias para a redução de desigualdades – 2020

Fonte: Oxfam Brasil/Datafolha 2020.



Pergunta: "Em uma escala de 0 a 10, em que 0 significa nada importante e 10 muito importante, o quanto você considera importante para diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres no Brasil?".

Página - 39

Via de regra, todas as medidas testadas foram consideradas em um nível bastante alto de importância para as pessoas entrevistadas, com nenhuma nota média geral abaixo de 7. A Oxfam Brasil tem proposto alguns caminhos para essas medidas, dialogando com outras organizações da sociedade e com as expectativas da população.

Direitos iguais entre mulheres e homens [9,6] e combate ao racismo [9,5]: políticas de combate à discriminação de mulheres e ao racismo são estruturantes das desigualdades brasileiras. Considerando gênero, políticas de oferta de creches e outros cuidados (que diminuem o tempo das mulheres dedicado a estas atividades), licenças parentais que equilibrem a responsabilidade pelo cuidado do recém-nascido avançaram pouco. Na questão racial, há desafios monumentais de inclusão educacional, de cotas em universidades, empresas e serviço público, e de combate ao racismo institucional.



Agenda proposta: A Oxfam Brasil defende o estabelecimento de metas para redução da desigualdade de renda em função de raça e gênero, e a implementação de políticas que combatam com veemência o racismo institucional e promovam a igualdade.

Combate à corrupção [9,6]: o combate à corrupção é apoiado amplamente pela população em todas as faixas de renda, mas com mais força pelas pessoas de maiores rendimentos. A corrupção é um problema histórico e central no país que precisa ser enfrentado, na medida em que não só desvia recursos de políticas sociais como também reduz a confiança nas instituições democráticas.



Agenda proposta: A Oxfam Brasil defende um Estado que funcione para todas e todos e não em função dos interesses de poucos. É necessário que avancemos em mecanismos de prestação de contas e transparência, incluindo uma efetiva regulação da atividade de *lobby* e o fortalecimento das instâncias de participação da sociedade civil. A atuação dos poderes executivo, legislativo e judiciário deve visar o resgate da confiança nas instituições públicas, e não sua destruição, para um efetivo combate à corrupção.

Investimento público em saúde [9,5] e em educação [9,6]: estas políticas são amplamente apoiadas por todos os estratos sociais e têm impacto distributivo positivo nos orçamentos da população pobre e da classe média baixa²⁰. O tamanho das desigualdades no Brasil e o elevado número de pessoas em situação de pobreza demandam continuidade, visão de largo prazo, progressividade e qualidade dos investimentos sociais.



Agenda proposta: É necessária a garantia de investimentos públicos suficientes à garantia dos direitos constitucionais universais de saúde e educação, com qualidade e acesso universal, bem como à expansão de outras políticas sociais. Para tanto, a revogação da emenda do Teto de Gastos é fundamental. O ajuste fiscal deve priorizar a implementação de outras medidas de equilíbrio, como aquelas vinculadas à tributação, por exemplo. Deve-se aumentar o alcance, a eficiência e a efetividade do gasto social. A alocação e execução de políticas e recursos públicos deve ser marcada pela transparência, possibilitando o controle da sociedade.

Oferta de empregos [9,5] e aumento do salário-mínimo [9,4]: políticas inclusivas e redistributivas no mercado de trabalho – como, por exemplo, a oferta de empregos formais e o aumento real do salário-mínimo – têm um maior potencial de redistribuir renda no curto prazo²¹, e talvez por isso gozem de amplo apoio da sociedade. É necessário que o Brasil enfrente a baixa oferta de empregos, bem como garanta que a queda no desemprego se dê por meio de trabalho decente.



Agenda proposta: A Oxfam Brasil defende a oferta de trabalho formal e decente para todas e todos, o que inclui a revisão da reforma trabalhista no tocante à precarização do trabalho e da flexibilização de direitos. O aumento real do salário-mínimo é um dos pilares para a redução de desigualdades de renda verificadas no país há alguns anos, e deve ser retomado, com o devido cuidado fiscal.

Cobrar mais impostos dos mais ricos [8,2]: a reforma tributária é pauta prioritária do Congresso Nacional, à luz do potencial impacto positivo sobre a distribuição de renda. O amplíssimo apoio ao aumento da tributação dos mais ricos para financiamento de políticas sociais corrobora essa análise. Uma reforma tributária justa e solidária é fundamental ferramenta para assegurar solidez fiscal com redistribuição de renda.



Agenda proposta: Uma reforma tributária que acabe com a regressividade do nosso sistema fiscal é necessária tanto pelo nível de injustiça que hoje apresenta como para que o país possa enfrentar seus desafios de retomada econômica e equilíbrio fiscal. É importante garantir que as mudanças tributárias a serem definidas pelo Congresso Nacional e governos estejam alinhadas com o que prevê a Constituição Federal.

Investimento público em assistência social [9,1] e auxílio emergencial como política de renda básica permanente [7,2]: se confirma aqui o amplo apoio às políticas de proteção social. Entretanto, a assistência social e, em particular, o Programa Bolsa Família (PBF), têm caráter progressivo – ou seja, tem impacto mais destacado sobre os mais pobres na redução de desigualdade - e contribuiu para a retirada de milhões de brasileiros da pobreza, mas é também bastante criticada - e estigmatizada - pelas camadas de renda mais alta. Não por acaso, a nota média para esta medida é de 6,4 entre aqueles com rendimentos superiores a cinco salários--mínimos, o que contrasta com os 8,4 dentre aqueles com rendimentos de até um salário-mínimo. Em 2020, o auxílio emergencial se mostrou uma política transformadora quanto à redução da pobreza e miséria, mesmo em um momento crítico de crise sanitária e econômica. A revisão dos programas e políticas de transferência de renda e a possível implementação de uma política de renda básica, à luz dos resultados de 2020, se insere em agenda indispensável de medidas visando reduzir a desigualdade econômica no Brasil.



Agenda proposta: A Oxfam Brasil defende a manutenção e expansão do Programa Bolsa Família (PBF) e das políticas de assistência social, como meios de garantir uma vida digna a quem mais precisa, reduzindo a pobreza e a exclusão social no país. O auxílio emergencial deve ser assegurado enquanto não houver condições sanitárias e econômicas efetivamente seguras para todos os trabalhadores e todas as trabalhadoras, com um valor que possibilite a manutenção de renda e condições de vida digna. A partir dele, deve-se aprofundar o debate sobre o estabelecimento de programa de transferência de renda permanente, um debate atualmente liderado pela Frente Parlamentar Mista em Defesa da Renda Básica, da qual a Oxfam Brasil faz parte.

REFERÊNCIAS

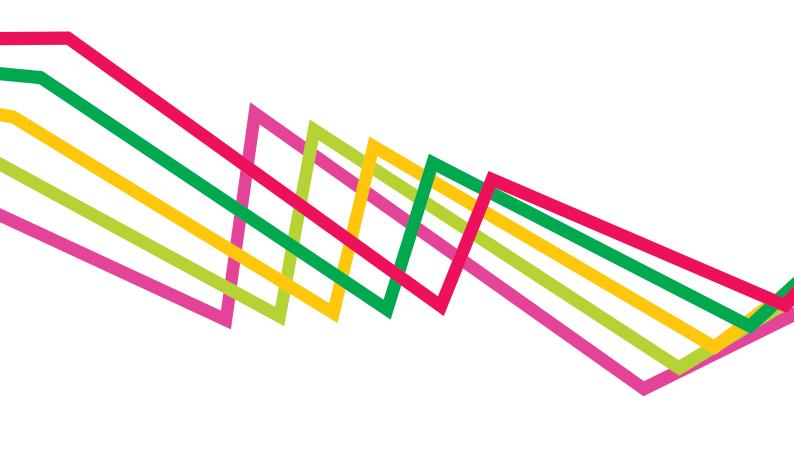
- 1 A explicação da metodologia foi retirada do documento final produzido pelo Instituto Datafolha. Todas as informações metodológicas têm tal documento como fonte.
- 2 CONSTITUIÇÃO FEDERAL 1988. Artigo 3º, inciso III.
- 3 CANZIAN, Fernando. "Brasil começa 2021 com mais miseráveis que há uma década". In: Folha de São Paulo, 30.01.2021. Disponível em https://wwwl.folha.uol.com.br/mercado/2021/01/brasil-comeca-2021-com-mais-miseraveis-que-ha-uma-decada.shtml. Acessado em 03.03.2021.
- 4 Cálculos da Oxfam Brasil com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) 2017 (todos os rendimentos).
- 5 Cálculos da Oxfam Brasil com base no salário-mínimo de 2021, de R\$ 1.100.
- 6 IBGE 2020. "PNAD Contínua 2019: rendimento do 1% que ganha mais equivale a 33,7 vezes o da metade da população que ganha menos". Disponível em https://bit.ly/3egJIRf. Acessado em 06.03.2021.
- 7 FBSP 2018. "Rio sob Intervenção"; e FBSP 2017. "Um retrato da violência contra negras e negros no Brasil".
- 8 IBGE 2019. "Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil".

 Disponível em https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/
 populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.

 html. Acessado em 11.03.2021.
- 9 Afro-CEBRAP. "Disparidades raciais no excesso de mortalidade em tempos de Covid-19 em São Paulo". Disponível em https://bit.ly/3quBZ34. Acessado em 23.04.2021.
- 10 IBGE 2018. "Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil". Dados reunidos em https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/20232-estatisticas-de-genero-responsabilidade-por-afazeres-afeta-insercao-das-mulheres-no-mercado-de-trabalho. Acessado em 27.03.2019.
- 11 MENA, F. (2020). "Pesquisa aponta que afazeres domésticos dificultam home office para 64,5% das mulheres". In: Folha de S.Paulo, 05.08.2020. Disponível em https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/08/pesquisa-aponta-que-afazeres-domestico-dificultam-home-office-para-645-das-mulheres.shtml.

- 12 EL PAÍS. "Argentina aprova imposto sobre grandes fortunas para financiar a luta contra o coronavírus". 06.12.2020. Disponível em https://brasil.elpais.com/internacional/2020-12-06/argentina-aprova-imposto-sobre-a-riqueza-para-financiar-a-luta-contra-o-coronavirus.html. Acessado em 04.03.2021.
- 13 UNAFISCO. "Deputados do Chile aprovam taxar grandes fortunas para fortalecer combate ao Covid-19". 27.05.2020. Disponível em https://unafisconacional.org.br/deputados-do-chile-aprovam-taxar-grandes-fortunas-para-fortale-cer-combate-ao-covid-19/. Acessado em 04.03.2021.
- 14 L. Marcos Barba, H. van Regenmortel and E. Ehmke. (2020). Shelter from the storm: The global need for universal social protection in times of COVID-19. Oxfam International. http:// hdl.handle.net/10546/621132.
- 15 PODER 360. "Auxílio emergencial custará R\$ 321,8 bilhões aos cofres públicos". 04.09.2020. Disponível em https://www.poder360.com.br/economia/auxilio-emergencial-custara-r-3218-bilhoes-aos-cofres-publicos/#:~:text=0%20au-x%C3%ADlio%20emergencial%20(coronavoucher)%2C,2020. Acessado em 03.03.2021.
- 16 Ver nota 3.
- 17 SANCHES, Marina; CARDOMINGO, Matias; CARVALHO, Laura (2021). "Quão mais fundo poderia ter sido esse poço? Analisando o efeito estabilizador do Auxílio Emergencial em 2020" (Nota de Política Econômica nº 007). MADE/USP. Disponível em .https://madeusp.com.br/publicacoes/artigos/quao-mais-fundo-poderia-ter-sido-esse-poco-analisando-o-efeito-estabilizador-do-auxilio-emergencial-em-2020/. Acessado em 03.03.2021.
- 18 EL PAÍS. "O Brasil que reduziu a pobreza em plena pandemia vê a fome rondar quem deixou de receber o auxílio". 23.01.2021. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2021-01-23/o-brasil-que-reduziu-a-pobreza-em-plena-pandemia-ve-a-fome-rondar-quem-deixou-de-receber-o-auxilio.html. Acessado em 04.03.2021.
- 19 O ESTADO DE S. PAULO. "Limite de R\$ 44 bi para auxílio emergencial prevê menor parcela em R\$ 150". 10.03.2021. Disponível em https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,limite-de-r-44-bipara-auxilio-emergencial-preve-menor-parcela-em-r-150-veja-o-que-vem-apos-a-pec,70003643363. Acessado em 04.03.2021.

- 20 SILVEIRA, F. G., FERREIRA, J. 2011. "Equidade fiscal no Brasil: Impactos Distributivos da Tributação e do Gasto Social". Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Comunicado n. 92. Brasilia.
- 21 PNUD. 2013. "Humanidad Dividida: cómo hacer frente a la desigualdad en los países en desarrollo."





OXFAM BRASIL

Avenida Pedroso de Morais, 272 - 8º andar Pinheiros - São Paulo - SP - Brasil - CEP 05404-004 (11) 3811-0400

www.oxfam.org.br